

DIALECTOLOGIA BRASILEIRA: O ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL.

Jacyra Andrade Mota*

Suzana Alice Marcelino Cardoso*

RESUMO: O trabalho parte de uma breve caracterização dos estudos dialetais no Brasil, traçando o seu percurso e assinalando a natureza da dominância do enfoque dado em cada época, para, a seguir, apresentar o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil que se desenvolve sob a responsabilidade de um Comitê Nacional. São trazidas informações de cunho histórico e apresentadas as linhas metodológicas seguidas, para concluir-se com um informe sobre o estágio atual do Projeto e a importância de sua realização.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia; Geolingüística; Português do Brasil; Atlas lingüístico.

Introdução

Os estudos propriamente de Dialectologia brasileira se iniciam na primeira metade do século XIX, tendo como ponto de referência as considerações que o Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, escreve sobre o léxico do português do Brasil, publicadas na obra de Adrien Balbi, *L'Atlas Ethnographique du Globe*¹.

* Universidade Federal da Bahia.

¹ Cf. Cardoso, Suzana; Ferreira, C. . 1994, p. 37.

As observações sobre o léxico constituem-se na primeira manifestação mais amplamente documentada de reconhecimento da diversidade lingüística em nosso país, e, no caso inicial, atestada entre o falar de Portugal e o falar brasileiro. Tal linha de investigação prossegue por todo esse século. São glossários, léxicos, dicionários e vocabulários que vão tratar de assinalar as peculiaridades de áreas, caracterizando-as e distinguindo-as, e, ao mesmo tempo configurando a diversidade na considerada unidade do português brasileiro. Uma obra, não de caráter lexicográfico mas voltada, também, para o estudo do léxico, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, publicada por José Jorge Paranhos da Silva, em 1879, se insere entre as demais, mas mantendo a tônica da intercomparação de fatos.

O conhecimento da variação geográfica de forma extensiva conduz a que se busquem formas de aprofundar o conhecimento de tais divergências a fim de melhor compreender usos e hábitos lingüísticos.

Movidos por esse novo enfoque, estudiosos se voltam para a análise intensiva e aprofundada de regiões específicas, ocupando-se da produção de trabalhos monográficos que, sem deixar de caracterizar um ponto em relação a outro, buscam identificar, nos variados níveis, o que caracteriza o falar de uma região. Surgem, assim, monografias, que se constituem em marcos exemplares dos estudos nessa nova diretriz porque oferecem uma outra dimensão aos estudos dialetais, ilustradas, consensualmente, pela sempre repetida trilogia dos trabalhos de áreas: *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral (1920), *O linguajar carioca em 1922* de Antenor Nascentes (1922) e *A língua do Nordeste* de Mário Marroquim (1934).

Partindo-se do específico de área, aprofunda-se o particular a determinadas regiões e retoma-se, em meados do século XX, a idéia do global, com os estudos de geografia lingüística que se concretizam com os atlas regionais e, mais recentemente, com o atlas lingüístico do Brasil no que se refere à língua portuguesa.

1. Atlas lingüístico do Brasil: antecedentes

A primeira manifestação em favor da elaboração de um atlas lingüístico do Brasil remonta a 1952, quando, através do Decreto 30.643, de 20 de março, assentava-se, no seu Art 3º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “*elaboração do atlas lingüístico do Brasil*”. Tal determinação foi regulamentada pela Portaria n.º 536, de 26 de maio do mesmo ano, a qual, ao baixar instruções referentes à execução do decreto de criação do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa, estabeleceu como finalidade principal, entre as pesquisas a serem planejadas, a própria elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

Nascida a idéia, ganha ela corpo nas proposições de Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes. Os dois primeiros, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957, defendem a necessidade de elaboração de atlas lingüísticos regionais, com argumentos bastante sólidos e convincentes. A esses dois filólogos soma-se Antenor Nascentes que, assumindo a mesma posição, dá passos iniciais concretos com a publicação das *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958, 1961), obra em dois volumes, na qual fornece diretrizes gerais para a escolha de localidades, de informantes e para a elaboração do questionário lingüístico, e propõe, muito claramente, a elaboração de atlas regionais.

Retoma-se no atual Projeto a idéia de realização do atlas lingüístico do Brasil e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho que se vem desenvolvendo, com a realização de atlas regionais, com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas nacional.

Em 1952, quando se explicitou pela primeira vez o desejo de elaboração de um atlas lingüístico brasileiro, momento em que a Europa já havia produzido alguns atlas – como o *Atlas Linguistique de la France (1902-1912)*, *Linguistischer Atlas des Dakorumänischen Sprachgebietes* (1912), *Atlas Linguistique de la Corse (1923-1939)*, *Deutscher Sprachatlas* (1926), *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*

(1928-1940) só para citar atlas da primeira metade deste século – e a Península Ibérica, em particular, tentava concluir o *Atlas Lingüístico da Península Ibérica*, iniciado em 1925, as condições do Brasil, obviamente, eram bem diversas das que hoje se nos apresentam. A população, segundo o censo de 1950², atingia a cifra de 51 944 397 habitantes, dos quais 33 161 506 se situavam nas zonas rurais e apenas 18 782 891 estavam estabelecidos nas zonas urbanas, ou seja, aproximadamente 63% da população se encontrava no campo e apenas 37% nas grandes cidades, o que revela a maior concentração demográfica fora dos centros urbanos. Os meios de comunicação – rádio, televisão, telefone – tinham um perfil muito tímido cujos dados não vêm registrados nas estatísticas para esse ano. A extensão da rede de estradas de ferro em tráfego alcançava 36 681 km. As rodovias se estendiam por 341 035 km. As empresas aéreas civis atingiam um percurso de 96 600 775³ km e a navegação marítima e a fluvial apresentavam um movimento de 406 embarcações em tráfego. Decorridos quase cinqüenta anos, a situação que apresenta, hoje, o país no tocante a esses mesmos itens, é – como não poderia deixar de sê-lo – bem diferente. Conta-se com os seguintes números segundo os dados do censo de 1991 de referência aos itens citados: população geral de 146 917 459 habitantes dos quais 110 875 826 se situam na zona urbana e 36 041 633 na área rural, o que revela uma total inversão dos números se comparados aos registrados para 1950; a rede telefônica, que nem chega a ser levantada nas estatísticas disponíveis de 1950, apresenta, para 1991, um total de 15 922 localidades atendidas com 14 426 673 telefones instalados; a rede ferroviária conta com 30 282 km – caso único de modificação para menos com uma redução de cerca de 6 000 km em relação a 1950, fato deplorável, para não dizer criminoso, em relação ao sistema de transporte do país; o tráfego aéreo atinge

² Os dados estatísticos referidos foram extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil – 1954. Ano XV*. Rio de Janeiro, IBGE-Conselho Nacional de Estatística, 1954 e do *Anuário Estatístico do Brasil – 1993*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1993.

³ Os dados relativos à aeronáutica civil referem-se ao ano de 1952.

287 761 775 km; e a navegação conta com um movimento total de 46 310 embarcações.

Esse breve perfil de realidades – a do passado e a atual – conduz a algumas considerações que são, de certo modo, evidentes.

Os limites geográficos tornaram-se tênues, e mais tênues, ainda, se pensarmos na invasão domiciliar de informações universais e simultâneas aos acontecimentos que facultam o rádio, a televisão e a informática; na mobilidade social, seja por obrigação de trabalho, seja pelo lazer, que faz de cada rincão uma miniatura do universo e de cada cidadão cada vez mais um homem sem fronteiras; na política econômica de fomento ao turismo – fonte moderna de captação de recursos explorada por ricos e pobres – que põe em contacto diuturnamente populações extremas, costumes dispares, usos linguageiros diferenciados; nos avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e aproximam os povos. O mundo moderno transforma-se num grande coletivo; é o momento da globalização.

Tais constatações levam, inexoravelmente, à afirmação categórica e óbvia: o mundo mudou, o Brasil mudou muito nesses últimos cinquenta anos. A mudança da configuração demográfica do país com o aumento de concentração da população nos grandes centros urbanos, com o esvaziamento das áreas rurais e com a intensa migração interna tem trazido não só uma nova dimensão social mas também política que, por certo, se fazem acompanhar de mudanças lingüísticas cuja extensão ainda não podemos avaliar. Em decorrência, a língua sofre, também, mutações consideráveis e ágeis. Tudo isso se constitui razão maior para reafirmar a necessidade de descrever-se a realidade brasileira antes que se percam traços e usos, formas e estruturas ainda não formalmente identificadas, registradas e catalogadas, como bem chamou a atenção Boléo (1976:342) ao afirmar, de referência à demora na concretização do atlas lingüístico de Portugal:

Quand nous, Portugais, nous nous décidâmes à élaborer notre atlas linguistique, nous arriverons déjà trop tard car de nombreux termes, expressions et coutumes auront disparu, emportant avec eux la clé d'un grand nombre de problèmes.

De outra parte, as dificuldades apontadas para a concretização da pesquisa lingüística, mais especificamente a dialetal, no Brasil, parecem de certo modo obviadas. A ausência de vias de comunicação, unindo os diferentes e mais longínquos pontos do país, bem como o “*desinteresse por parte do elemento masculino*”, mencionado por Nascentes (1958:7), não se constituem, hoje, em óbice. A rede de estradas tem crescido e melhorado, gradativamente, de condições e não são mais as mãos femininas, majoritariamente como outrora, que lavram o terreno da dialectologia.

Sem desconhecer-se a importância de outros ramos dos estudos lingüísticos e sem querer minimizar-se o papel de cada um deles, nesse momento da história, é urgente que se enfrente a descrição da realidade lingüística brasileira no seu plano geográfico e o melhor caminho, para esse conhecimento de amplitude continental, parece ser o que propõe a Dialectologia, concebida não como um ramo dos estudos lingüísticos voltado exclusivamente para as questões diatópicas, mas partindo-se do princípio, como bem assinalou Lope Blanch (1978: 53-4), de que

La dialectología puede, evidentemente, beneficiarse mucho con las aportaciones de la sociolingüística, como de hecho ya se há estado beneficiando. El progreso metodológico que há establecido la sociolingüística con su rigurosa y detenida consideración de factores sociológicos antes sólo superficialmente atendidos por la dialectología, es aportación de primera magnitud, que *la actividad dialectológica habrá de tener ahora muy en consideración* (grifo nosso).

2. Atlas lingüístico do Brasil: o projeto em curso

2.1 Implantação do Projeto

Retomando a idéia de um atlas lingüístico do Brasil, lançada em 1952, pesquisadores da área de Dialectologia reúnem-se em Sal-

vador, Bahia, em novembro de 1996, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil* e assumem esse desafio. Nesses três dias de discussão em que foram abordadas temáticas referentes a uma política geolingüística para o Brasil e a questões metodológicas em geral, ficou também acertada a criação de um Comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas lingüístico do Brasil, constituído com representantes de cada um dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso. Integram, assim, o Comitê, sob a presidência de Suzana Cardoso (Universidade Federal da Bahia): Jacyra Mota (Universidade Federal da Bahia), Maria do Socorro Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Ceará), Mário Zágari (Universidade Federal de Juiz de Fora), Vanderci Aguilera (Universidade Estadual de Londrina) e Walter Koch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Com esse Projeto dá-se curso ao desejo de realização do atlas lingüístico nacional e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho no campo da Geolingüística com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas geral do Brasil.

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobremodo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolverem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialectologia brasileira, nesse final de milênio, a se concretizar, fundamentalmente, com a realização do atlas lingüístico geral do Brasil.

Situações, fatos e dados lingüísticos e extralingüísticos justificam a deliberação de fazer-se um atlas lingüístico. O percurso histórico dos estudos sobre o português estão a cobrar esse passo. E, tudo indica, parece ter chegado a hora. Razões de ordem lingüística *stricto sensu*, de ordem social, de ordem histórica, e ainda relacionadas à

política de ensino da língua materna e à própria política de entendimento da diversidade de usos do português parecem, de forma resumida, constituírem-se na justificativa do que se propõe.

Em se tratando do nosso país, a inexistência de dados que apontem, de maneira ampla e geral, as características do português no território nacional apresenta-se como primeira razão. Os estudos dialetais que se iniciaram no século passado, voltados principalmente para a identificação das diferenças lexicais, e as abordagens da primeira metade deste século, com estudos de natureza monográfica e recobrando toda uma área, têm funcionado como sondagens iniciais, explorações prévias que esboçam características e denotam traços particulares de áreas e regiões.

O quadro atual demonstra que há uma preocupação, de certo modo nacional, com a geografia lingüística no Brasil e afigura-se como o prenúncio da vontade ainda não formalmente manifesta, talvez, mas sentida, por certo, de que é urgente uma descrição acurada da realidade lingüística brasileira para que se alcance o pleno conhecimento do português do Brasil.

Se por um lado já se dispõe de estudos preliminares, passíveis de instrumentar um trabalho maior, por outro, ainda se padece da ausência de dados lingüísticos que permitam traçar uma divisão dialetal do Brasil apesar de contar-se com a divisão proposta por Nascentes (1953), fundamentada na realização das médias pretônicas e na entoação.

Um segundo fator está a apontar para a necessidade de um atlas do Brasil. É preciso ter-se a multidimensionalidade da língua no país não apenas para efeito de precisar e demarcar espaços geolingüísticos, mas para que se possa também contribuir de forma direta para um melhor equacionamento entre a realidade de cada área e o ensino da língua materna que nela se processa.

A implantação e desenvolvimento do Projeto se constituirá em substancial contribuição para o entendimento da língua e de suas variantes, eliminando visões distorcidas que privilegiam uma varian-

te tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causando, assim, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos.

Em resumo, o conhecimento sistemático da variação, a delimitação de áreas lingüísticas específicas e a relação entre os diferenciados usos que se faz da língua constituem-se num benefício de cunho social.

Admitindo-se ter chegado a hora do atlas lingüístico do Brasil, como de fato se reconhece, uma preliminar se faz necessário assentar: os atlas regionais, publicados, em curso ou no desiderato de grupos de pesquisa, não interferem na proposta de elaboração de um atlas geral do Brasil. Ao contrário, servem de apoio e devem continuar a ser executados porque têm por finalidade um conhecimento mais detalhado e circunstanciado de cada região.

2.2 Objetivos

Os objetivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil podem ser, assim, resumidamente definidos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tangue à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolingüística.

2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia, etc. – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

2.3 Desenvolvimento do Projeto

O desenvolvimento do Projeto está previsto em quatro etapas: a primeira compreende a fase inicial de implantação do Projeto com a fixação dos critérios para a escolha das localidades, a definição do perfil dos informantes e a preparação dos questionários lingüísticos; a segunda etapa é voltada especialmente para a preparação dos in-

quiridores e a constituição do *corpus*; uma terceira etapa destina-se à transcrição e análise dos dados recolhidos, à elaboração de cartas lingüísticas e comentários; a etapa final é a de editoração e publicação dos resultados.

2.4 Aspectos metodológicos

A metodologia a ser utilizada na elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil tem sido discutida desde a sua implantação em 1996, em reuniões do Comitê Nacional, em discussões com especialistas brasileiros e de universidades estrangeiras, em diversas oportunidades, especialmente em congressos nacionais e internacionais.

Entre os pesquisadores estrangeiros com os quais o Comitê Nacional tem mantido contato, deve-se ressaltar o Professor Michel Contini, da Université Stendhal, Grenoble, um dos autores do *Atlas Linguistique Roman* (ALIR), que esteve também presente no Seminário Nacional "Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil", em que se iniciou o projeto ALiB.

O Comitê Nacional realizou a sua primeira reunião em Maceió, na UFAL, nos dias 11 e 12 de março de 1997, seguindo-se uma segunda reunião em julho do mesmo ano, em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14. A terceira reunião realizou-se nos dias 14 e 15 de julho de 1998, em Natal, a quarta em Florianópolis, na UFSC, em 27 de fevereiro de 1999 e a última, em Salvador, na UFBA, nos dias 06, 07, 09 e 10 de setembro de 1999.

Para uma discussão mais ampla dos procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa de campo, realizou-se, na UFBA, de 06 a 10 de setembro de 1999 um "Workshop sobre técnicas e métodos de trabalho de campo para a preparação de inquiridores para o Atlas Lingüístico do Brasil", que contou com a participação de cinco dos seis membros do Comitê Nacional, professores e estudantes de doze Estados e quinze universidades brasileiras. Um outro evento da

mesma natureza está previsto para realizar-se em março de 2 000, no Paraná, sob o patrocínio da Universidade Estadual de Londrina.

2.4.1 Rede de pontos

No que se refere à rede de pontos, foram selecionadas 235 localidades, restando quinze pontos a serem posteriormente definidos em função do que as observações *in loco* venham a sugerir e justificar, de modo a que se alcance o número máximo de 250 pontos.

Quanto às localidades escolhidas, além da distribuição espacial, consideram-se os critérios: (a) a existência de zonas dialetais já delimitadas através de pesquisas anteriores – como, por exemplo, a área do ‘falar baiano’⁴, compreendida por Bahia, Sergipe e parte setentrional de Minas Gerais; os falares ‘baiano’, mineiro e ‘paulista’⁵; em Minas Gerais; a delimitação de áreas dialetais, baseada nos dados do *Atlas Lingüístico do Paraná* e do Atlas lingüístico e etnográfico da região sul, em andamento; (b) a importância da localidade no Estado ou região, incluindo-se, por exemplo, as capitais de Estado e cidades de grande e médio porte, lingüisticamente representativas. Entre as capitais excluem-se apenas o Distrito Federal – em vista da data de sua criação e, em consequência, do fato de ter população proveniente ou descendente de diversos pontos do país – e Palmas, capital do Tocantins, cidade ainda em formação, sem habitantes nela nascidos; (c) os limites interestaduais e internacionais.

Na escolha das localidades foi também avaliada a proposta de Nascentes em *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*⁶, tendo-se chegado a cento e trinta e quatro localidades coincidentes com os seiscentos e seis pontos por ele sugeridos em 1958.

⁴ O ‘falar baiano’ na proposta de Nascentes (1953: 25-26) compreenderia também o oeste de Goiás, área sobre a qual ainda não dispomos de dados.

⁵ Cf. Zágari, Mário. Os falares mineiros: Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In Agullera, Vandercl (1998:31-54).

⁶ Cf. Nascentes, Antenor, 1958, p. 19-22.

Com relação aos atlas regionais já publicados⁷ registram-se trinta e sete casos de coincidência – nove do *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, dois do *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, dezessete do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, três do *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)* e seis do *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*.

O quadro em anexo fornece uma visão global da distribuição da rede de localidades pelas regiões e Estados brasileiros.

2.4.2 Informantes

Quanto aos informantes, ficou fixado o número de quatro por localidade – exceto nas capitais de Estado, onde serão inquiridos oito informantes –, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias – de 18 a 30 anos e de 45 a 60 anos – e contemplando os dois gêneros. Nas capitais, levam-se em conta também as diferenças quanto à escolaridade, admitindo-se quatro informantes de nível universitário e quatro que – como nas demais localidades – tenham cursado até a quarta série do primeiro grau.

A relação do informante com o ambiente sociocultural em que vive deve ser controlada através da ficha a ser preenchida, onde constam indagações sobre profissão (inclusive dos pais e cônjuge), renda individual e familiar, contato com os meios de comunicação (TV, rádio, jornal, revista), diversões preferidas e participação em atividades religiosas.

⁷ Com as localidades do *APFB* coincidem: Barra, Caitité, Carinhanha, Itaberaba, Jacobina, Jeremoabo, Santa Cruz de Cabralia, Santana e Vitória da Conquista; com as do *ALS*: Estância e Propriá; com as do *ALPB*: Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Patos; com as do *EALMG*: Belo Horizonte, Caratinga, Diamantina, Formiga, Itajubá, Januária, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Passos, Patos de Minas, Pirapora, São João del Rei, Uberlândia, Unai, Varginha e Viçosa; com as do *ALPR*: Adrianópolis, Barracão, Curitiba, Guarapuava, Lapa e Umuarama.

Como é a norma em trabalhos desse tipo, os 1104 informantes devem ser naturais da região lingüística pesquisada, da qual não se tenham afastado por mais de 1/3 de suas vidas, controlando-se rigorosamente os afastamentos e tempos de permanência fora da localidade.

Os informantes devem ter uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local. Por fim, além da condição primeira de terem nascido na localidade em questão, os informantes devem, preferentemente, ser filhos de pais da região lingüística em estudo.

2.4.3 Questionários

De referência ao questionário lingüístico, deliberou-se pela aplicação de quatro tipos de questionário direcionados, especificamente, cada um deles para os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático e prosódico, além de questões referentes à pragmática e sugestões de temas para o registro de discursos semi-dirigidos. Na sua elaboração foram considerados estudos de diferente natureza existentes sobre o português regional do Brasil, os questionários dos atlas já publicados e aqueles disponíveis dos atlas em andamento, e também os questionários do *ALiR-Atlas Linguistique Roman* e do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*. Foram, ainda, examinados os resultados cartografados nos atlas regionais.

Uma primeira versão dos Questionários foi publicada pela Universidade Estadual de Londrina e vem sendo testada em inquéritos experimentais, devendo ser reformulada, em função dos primeiros resultados e das discussões com diversos pesquisadores.

Considerações finais

Considerando-se o percurso da Dialectologia brasileira até os dias de hoje, constata-se que este ramo de estudos lingüísticos alcançou já uma fase bastante produtiva, tanto em relação aos levanta-

mentos sistemáticos de dados empíricos de que resultaram cinco atlas regionais publicados, vários em fase de elaboração – alguns já em vias de publicação – e inúmeros trabalhos de cunho monográfico, especialmente teses de doutorado e dissertações de mestrado, quanto à inclusão de novos parâmetros a serem pesquisados, ao lado do diatópico, estreitando-se os vínculos com a Sociolingüística. Este contexto apresenta-se como altamente favorável à realização de um atlas lingüístico de cunho nacional e voltado para a língua portuguesa, que reflita os aspectos mais significativos da variação do português no Brasil, abarcando todas as áreas brasileiras e inserindo o país entre aqueles que, neste fim de século, já possuem os seus Atlas nacionais

RÉSUMÉ: *Partant d'une brève caractérisation des études dialectales au Brésil, ce travail trace son parcours en signalant la nature de la prédominance de l'approche adoptée à chaque époque pour présenter ensuite le Projet de l'Atlas Linguistique du Brésil, qui se développe sous la responsabilité d'un Comité National. Des informations de type historique sont présentées, ainsi que les lignes méthodologiques du Projet et on conclut en exposant l'état actuel et l'importance de sa réalisation pour la connaissance du portugais brésilien.*

MOTS CLÉS: *Dialectologie; Géolinguistique; Portugais brésilien; Atlas linguistique.*

Bibliografia

- AGUILERA, V. (1994) *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- ARAGÃO, M. do S. e MENEZES, C. B. de (1984) *Atlas lingüístico da Paraíba*. I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba: CNPq.
- BLANCH, M. L. La sociolingüística y la dialectología hispánica. In: ALVAR, M. & BLANCH, M. L. (1978) *En torno a la sociolingüística*. México: UNAM, p. 33-58.

- BOLÉO, M. de Paiva. (1975-1976) Le matériel de L'I. L. B. et quelques études de comparaison avec l'Atlas Lingüístico de la Península Ibérica' et l' 'Atlas Prévio dos Falares Baianos'. *Revista Portuguesa de Filologia*, v. XVII, tomos I e II, Coimbra.
- CARDOSO, S.; FERREIRA, C. (1994) *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. (1998) *Atlas Lingüístico do Brasil - Questionários*. Londrina: Ed. UEL.
- FERREIRA, C.; MOTA, J.; FREITAS, J.; CARDOSO, S.; ANDRADE, N.; ROLLEMBERG, V.; ROSSI, N. (1987) *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA-FUNDESC.
- MARROQUIM, M. (1996) *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3ª ed. Curitiba: HDLivros.
- NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.
- _____. (1961) *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II.
- RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. et al. (1977) *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ROSSI, N., FERREIRA, C. e ISENSEE, D. (1963) *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL-MEC.
- ZÁGARI, M. R. Os falares mineiros. In AGUILERA, Vanderci. (Org.) (1998) *A geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL. p. 34-35.

ANEXO

Quadro – Localidades selecionadas para o 'Atlas Lingüístico do Brasil'

Região	Estado	N.º pontos	Totais p/ região
NORTE	Pará	09	
	Amazonas	05	
	Amapá	02	
	Acre	02	
	Rondônia	02	
	Tocantins	02	
	Roraima	01	
			23
NORDESTE	Bahia	21	
	Ceará	11	
	Pernambuco	11	
	Maranhão	08	
	Paraíba	05	
	Alagoas	04	
	Rio Grande do Norte	04	
	Piauí	04	
Sergipe	03		
			71
CENTRO-OESTE	Goiás	09	
	Mato Grosso	07	
	Mato Grosso do Sul	05	
			21
SUDESTE	São Paulo	39	
	Minas Gerais	22	
	Rio de Janeiro	13	
	Espírito Santo	05	
			79
SUL	Rio Grande do Sul	16	
	Paraná	16	
	Santa Catarina	09	
			41
TOTAL			235